



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - CARF			
EVENTO: Reunião de Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0242/16	DATA: 07/04/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 11h48min	PÁGINAS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALEXANDRE PAES DOS SANTOS - Empresário investigado pela Operação Zelotes, da Polícia Federal.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento. Deliberação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção inaudível.  
Houve intervenção ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Eu dou como lido o Expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópia dos documentos ostensivos poderá ser solicitada à Secretaria da Comissão.

Nós iniciaremos agora audiência pública para a oitiva do Sr. Alexandre Paes dos Santos, em atendimento aos Requerimentos nºs 3/2016, do Sr. Rubens Bueno; 67/2016, do Sr. Carlos Sampaio; 84/2016, do Sr. Altineu Côrtes; 124/2016, do Sr. Izalci; 147/2016, do Sr. Joaquim Passarinho; 249/2016, do Sr. Alexandre Baldy; e 264/2016, do Sr. Ivan Valente.

Já está à mesa o Sr. Alexandre Paes dos Santos.

Eu informo que o depoente falará na qualidade de investigado.

Eu passo a palavra ao Sr. Alexandre Paes dos Santos, para suas considerações iniciais. Em seguida, nós passaremos às interpelações.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Bom dia. Sr. Presidente, com referência ao assunto do CARF, que é a matéria de hoje, eu queria informar ao senhor que eu não participei. Eu não tenho nada a ver com CARF, não tive cliente nessa atividade de tributação nem na parte fiscal. Eu estou aqui da seguinte forma: gostaria de colaborar muito com os senhores, mas, de acordo com o meu advogado e com a legislação, vou me manter em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu informo aos Srs. Parlamentares que o Sr. Alexandre tem aqui, inclusive, um *habeas corpus*. Não é necessário ler o *habeas corpus*, mas isso lhe concede o direito de ficar calado; ele acabou de informar, inclusive por orientação do seu próprio advogado. Por ritual nosso, eu vou dar a palavra aos autores dos requerimentos e, se o senhor entender que sobre alguma questão o senhor pode fazer qualquer tipo de ponderação, fica a seu critério, conforme o seu direito, o.k.?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - O.k.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Sr. Rubens Bueno. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Altineu Côrtes. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bom dia a todos. Bom dia, Alexandre.

Com relação ao CARF, V.Sa. disse que não teve nenhuma ligação.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas esta CPI, além da questão específica do CARF, engloba também a Operação Zelotes.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E, na Operação Zelotes, há elementos com relação à questão das medidas provisórias, venda de medida provisória, trabalho de *lobby* no sentido de conseguir incentivos através do Executivo. V.Sa. tinha um escritório no Lago Sul, não é isso?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nesse escritório, inclusive, V.Sa. cedeu parte das instalações, para utilização como escritório, ao S. Lulinha e ao Kalil. É verdade isso? Ele usaram o escritório de V.Sa.?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. nunca cedeu espaço nenhum dessa casa do Lago para que eles pudessem utilizar como escritório deles?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Certeza absoluta? Nunca? Nem ofereceu, inclusive, o carro, para que eles pudessem utilizá-lo durante do trabalho? Era um Fiesta. Depois V.Sa. cedeu um Ômega. V.Sa. está...

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu falei que vou manter o meu direito de ficar em silêncio. Eu já falei para o senhor que não. Mas vou manter o meu direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não o quê? Não cedeu? Não falou?



**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não cedi e não vou falar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim. Então, não cedeu nem o carro nem as instalações?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não cedeu?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. foi condenado a pagar uma indenização ao S. Lulinha em função disso?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, senhor.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas V.Sa. se lembra de uma ação que foi movida contra V.Sa., que chamou o Lulinha de idiota, não? Ou não é verdade isso?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. conhece o Zé Ricardo, não?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nada? Não pode contribuir em nada? Não pode nem dizer se conhecia o Zé Ricardo?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, se ele vai se manter em silêncio, não adianta também eu ficar fazendo pergunta aqui. Agora, eu gostaria que ficasse registrado que, primeiro, ele negou — não é que não falaria, não — que conhece e cedeu instalação e cedeu carro ao Sr. Fabio Lulinha e ao Sr. Kalil. Nisso aí ele foi muito claro. Gostaria que deixasse registrado, para que pudesse contribuir com relação ao processo com relação a ele. E deixo de fazer as indagações em função da negativa de resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho, também autor de requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, senhor depoente...



Sr. Presidente, em virtude dessa colocação do depoente, de não falar, não contribuir, não adianta ficar repetindo aqui perguntas para receber a mesma resposta. Mas eu vou plagiar aqui a Deputada Mara Gabrilli, que, quando veio depor nesta Casa o Sr. Ronan Maria Pinto, hoje preso pela Lava-Jato e que também queria ficar em silêncio, não fez nenhuma pergunta a ele, porque a Deputada Mara Gabrilli tinha no Dr. Ronan Maria Pinto um bandido, lá na região, que acabou com a sua família, inclusive. Eu apenas queria, olhando para o Sr. Alexandre, que tem o direito de ficar calado, já que eu não posso fazer as perguntas que a gente gostaria de ter, saber como uma pessoa consegue...

Eu sou de um Estado pobre, S. Alexandre, em que os hospitais estão lotados. Na Capital do Estado, por exemplo, nós temos gente no corredor; nós ainda temos crianças sem escolas; nós ainda temos crianças sem merenda. E quando vemos um assunto desses, do CARF, que mexe em bilhões de reais em renúncia de receita... Essa receita não vai para o Governo. O Governo apenas administra o dinheiro, que vai para a educação, que vai para a saúde, que vai para as crianças. Eu vejo a mobilização de bilhões de reais — só a sua empresa dava quase 400 milhões de reais movimentados — e fico pensando: como é que consegue fazer isso e ainda não responder nada? Como é que consegue meter a mão no imposto? E volto a dizer: quando se mete a mão no imposto, quando se entra em estruturas que fazem com que os recursos que deveriam ser arrecadados pela União e repatriados para os Estados e Municípios e que poderiam chegar às escolas, fazer mais um pronto-socorro no meu Estado do Pará, ampliar o Hospital Regional lá de Redenção, no sul do Pará, que, infelizmente, nem hemodiálise está conseguindo fazer por falta de repasse financeiro de todas as esferas...

Às vezes eu fico pensando: *“O que passa na cabeça dessas pessoas que participam desse tipo de armação? Será que eles pensam apenas que estão tirando do Governo?”* O Governo não é dono de nada, S. Alexandre. As crianças, os enfermos, os doentes, os idosos é que são donos desse dinheiro e poderiam estar sofrendo menos, poderiam não estar morrendo. Não digo que isso ocorra só no meu Pará, mas em todo o Brasil.

É uma pena chegarmos a um momento como este, em que, se V.Sa. não participou de nada, poderia esclarecer ou, se participou, poderia ajudar a desbaratar



isso tudo. Se não podemos arrumar o que passou, poderíamos muito bem, com a sua ajuda, evitar que pessoas continuassem sofrendo muito, como acontece no meu Estado do Pará. Infelizmente, o que a gente vê é que esse sofrimento e que este País passa por que passa não é por falta de arrecadação, não é por falta de trabalho, não é por falta de imposto cobrado da população, mas, sim, pela corrupção que grassa neste País, infelizmente. Então, se V.Sa., até o final desta reunião — não sei se o termo seria “peso na consciência”, porque não sei se quem mexe com isso tem isso —, pudesse nos ajudar, não estaria ajudando os Deputados, não estaria ajudando as pessoas que estão lhe inquirindo, mas estaria ajudando o povo brasileiro, que está sofrendo, pagando essa conta e morrendo por falta desse dinheiro que é roubado de impostos que deveriam ter sido pagos. Infelizmente, quem sofre é quem está ponta, não é V.Sa. nem somos nós. Mas estamos aqui para defender isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O Sr. Alexandre gostaria de fazer algum comentário?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, pelo que eu pude ver, o Sr. Alexandre Paes dos Santos não está respondendo às perguntas ou não quer respondê-las. Está no seu direito. Mas eu queria apenas perguntar o seguinte: como é que o senhor conheceu o Sr. José Ricardo da Silva, Conselheiro do CARF?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor não pode nem colocar como conheceu o Sr. José Ricardo?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Esses assuntos todos estão nos autos. Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Muito bem.



A outra questão é a seguinte: na nossa documentação, o senhor é uma pessoa que vive há muito tempo como um influente lobista aqui no Congresso Nacional. A Polícia Federal apreendeu uma agenda, que estava em seu poder, com o nome de vários Deputados Federais, com valores acompanhados da letra “k”, significando mil, segundo a Polícia Federal, certo? E a PF diz que se trata de uma lista de propinas.

O senhor pode dizer alguma coisa sobre isso, sobre a sua agenda?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O senhor também tem grandes clientes. E não é coisa pequena, porque o Carrefour, a Johnson&Johnson e o McDonald's são clientes bastante grandes. O senhor entrou numa rotina de associação com grandes empresários.

Depois, o jornal *Folha de S.Paulo* confirmou que a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base — ABDIB, que representa bancos e empreiteiras, pagou 20 mil reais mensais, de 2009 a 2014, para consultoria parlamentar junto ao Congresso Nacional, para fazer o acompanhamento de propostas apresentadas no Plenário e nas Comissões e de toda a tramitação legislativa.

O senhor pode confirmar esse dado?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu vou me manter em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Também está aqui que o senhor vendia influência grande, pelo meu levantamento. Na Operação Zelotes, foi interceptado telefonema em que o senhor explica que o então candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, havia se comprometido a recebê-lo para uma conversa durante a campanha e pretendia apresentar reivindicações de um setor empresarial, que não fica claro nessa conversa. Também, a ex-Ministra-Chefe da Casa Civil Erenice Guerra teve uma relação direta com o senhor, segundo as gravações que temos aqui.

O senhor poderia falar alguma coisa sobre essas duas questões?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu vou me manter em silêncio.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Muito bem, Sr. Presidente, eu acho que ele tem muito a falar, mas não quer falar, e nós não temos esse poder maior. É uma chance que o Sr. Alexandre tem para explicar as acusações que pesam contra o senhor. Não é pouca coisa. Este caso do CARF envolve 74 empresas só por desvios de possíveis 20 bilhões de reais.

O senhor é intermediário desse processo. Isso pode lhe custar uma acusação grave, mas o senhor não quer falar.

Eu fico por aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. está inscrito como um dos autores do requerimento. O Sr. Alexandre tem um *habeas corpus* e já no início informou que vai ficar em silêncio. De qualquer maneira, estou dando a palavra aos autores inicialmente. V.Exa. é o último dos autores. Se V.Exa. quiser formular alguma pergunta, ele pode responder ou não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Eu quero, sim, Sr. Presidente. E quero agradecer, acabei chegando um pouquinho atrasado.

Sr. Alexandre, o senhor saiba que, apesar da sua estratégia, o senhor perde hoje aqui uma grande oportunidade. Eu tive a experiência, na CPI da PETROBRAS, de ver que pessoas que seguiram a estratégia que o senhor está usando não tiveram final feliz. Algumas estiveram na CPI, vieram com *habeas corpus*, e a gente dizia: “Se você seguir nesse raciocínio, na próxima vez que chamarmos você aqui, vai acabar preso”. E a pessoa era presa. Outros não falaram e foram condenados. O senhor vai morrer com esse segredo, com tudo o que o senhor sabe? Imagino o que o senhor está passando, imagino o que a família do senhor está passando. Imagino que — é a minha opinião, é a primeira vez que eu vejo o senhor aqui — o senhor deve estar arrependido de essa conduta toda ter levado o senhor aonde levou. Imagino eu isso, já que o senhor não vai responder. O senhor perde uma grande oportunidade. O senhor não participou disso tudo sozinho. Está cheio de gente querendo segurar os segredos, não falar. Veja o Marcos Valério: não falou, ficou lá. Hoje o caso, por exemplo, de Marcelo Odebrecht: o mais poderoso empresário do País, um dos homens mais ricos do Brasil, está preso. É esse o caminho que o senhor está escolhendo para o senhor?





Eu não sei se foi feita aqui esta pergunta ao senhor aqui — se foi feita, peço já perdão ao Presidente: se esta reunião fosse fechada, o senhor falaria? Sem a imprensa, sem ninguém.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu estou preso. E eu já falei inicialmente que vou me manter calado, vou me manter em silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mesmo com a sessão fechada, o senhor...

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu estou preso. Eu falei ao senhor que estava preso.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas o preso pode falar.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - E vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O preso pode falar.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Estou preso preventivamente, até agora, há 5 meses.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então o senhor não quer ocupar o espaço aqui numa reunião fechada?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Alexandre, o senhor participou de uma quadrilha que lesou o Brasil em bilhões de reais, na minha opinião. O senhor não merece aqui, pelo menos da minha parte... Eu acho que, se o Brasil passa pela situação que passa, um pedacinho disso está lá naquele órgão onde o senhor participou da corrupção. A responsabilidade é do senhor. E o senhor hoje tem aqui condição de esclarecer algumas dúvidas e até de dizer que não era culpado. Quem cala consente. Então, o senhor perde essa oportunidade aqui.

Eu tenho algumas perguntas, Sr. Presidente. Para economizar o tempo nosso, eu vou consignar à Mesa essas perguntas. E eu gostaria que essas perguntas fossem encaminhadas, só por uma questão protocolar, para o advogado e para o Sr. Alexandre, para poupar o tempo.

Mas, Sr. Alexandre, é uma pena, é uma pena! Eu espero que o senhor pague muito severamente pelos crimes que o senhor cometeu, pelos arranjos que o senhor arrumou para ajudar os empresários e colocar as propinas no bolso. O senhor



deveria falar. O senhor não deveria falar pelo senhor, não; o senhor deveria falar pela família do senhor, porque eu imagino o que uma família passa quando uma pessoa está presa. Isso é uma situação muito ruim. É uma pena que a nossa legislação permita esse tipo de situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Se V.Exa. entregar aqui, Deputado Altineu Côrtes, nós tiraremos cópia e entregaremos imediatamente, até por economia processual também.

Vamos passar agora aos inscritos, na mesma condição, de que todos já estão cientes.

Concedo a palavra ao Deputado Helder Salomão.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Bom dia, Presidente e demais membros desta Comissão.

Sr. Alexandre, o senhor tem se negado sistematicamente a dar declarações sobre o seu envolvimento ou não nesse esquema. No dia 19 de novembro de 2015, na CPI do CARF no Senado, o senhor entrou mudo e saiu calado e disse que não teria nada: *“Não tem nada, não tem nada.”* Ou seja, o senhor se negou também a prestar esclarecimentos. Até quando o senhor quer ficar calado? O senhor vai ficar calado até quando? Até quando o senhor vai ficar calado?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu me mantenho em silêncio.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - O senhor, então, não quer responder até quando o senhor vai ficar calado? O senhor vai manter essa posição de não explicar, não dar declarações nenhuma?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Todas as explicações com referência ao assunto do CARF, com referência ao assunto das medidas provisórias, estão num auto. A defesa está toda lá. Eu vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Deixe-me perguntar ao senhor, embora o senhor queira se manter em silêncio: além de responder à ação penal oriunda da chamada Operação Zelotes, o senhor tem outros antecedentes criminais? Quais são esses antecedentes, se é que o senhor tem? O senhor tem algum antecedente criminal, além dessa ação a que o senhor responde?



**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu me mantenho em silêncio.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Isso também está nos autos? Da pergunta que eu fiz, a resposta está nos autos?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu me mantenho em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente, embora ele não queira falar, acho importante registrar aqui algumas perguntas.

E quero inclusive fazer novamente a pergunta feita pelo Deputado Ivan Valente sobre a interceptação telefônica ocorrida durante a campanha presidencial. Nessa interceptação telefônica, ele havia se comprometido. Segundo a informação que consta nos autos, o ex-candidato a presidente Aécio Neves havia se comprometido a recebê-lo para tratar de reivindicações empresariais. O senhor já disse que não queria falar, mas eu faço questão de fazer novamente essa pergunta. O senhor também não tem nada a dizer sobre isso?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Foi em 2008 que o senhor conheceu o Sr. José Ricardo da Silva?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - O senhor poderia dizer a esta Comissão o nome de algumas empresas com as quais o senhor tinha relacionamento e fazia *lobby*?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - APS Telecomunicações Ltda., o senhor conhece?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Nunca funcionou, Sr. Deputado. Vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Como? Nunca funcionou? Ou seja, essa empresa não existe?



**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - É importante, Presidente, que isso fique consignado. Ele disse que a empresa APS Telecomunicações S/C Ltda. nunca funcionou. Ele acabou prestando um esclarecimento aqui para nós. E a APS Assessoria, Planejamento e Serviços Ltda.?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - A empresa Espaço K Comercial?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Tenho aqui algumas outras empresas, como a Eficiência Brasil Consultoria e Eventos.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Bem, Presidente, ele pelo menos prestou um esclarecimento aqui, dizendo que a empresa APS Telecomunicações nunca funcionou. Então, significa que ele tem informações e não quer prestar a esta Comissão. Também acho que ele perde uma grande oportunidade de provar para o Brasil e para esta Comissão que ele não tem nenhum envolvimento; ou, então, contribuir, colaborar com as investigações, para que nós possamos dar um basta a esse esquema ou a esses esquemas que envergonham o nosso País.

E até aqui, enquanto o senhor não fala, paira a dúvida sobre o que realmente aconteceu. E, volto a dizer, o senhor deveria repensar o seu posicionamento, porque isso certamente, embora seja um direito que nós temos que respeitar, é um direito constitucional, considero uma estratégia equivocada. Por isso, o senhor tem ainda tempo. O senhor está aqui na Comissão. Se até o final o senhor resolver mudar de estratégia, nós estaremos aqui.

Eu teria muitas outras perguntas a fazer, Sr. Presidente, mas, como ele se nega a responder a todas, eu agradeço.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Só para registrar — e todo mundo sabe —, essas sessões são gravadas e, depois, são degravadas. Portanto, qualquer comentário ou pergunta, etc., estão naturalmente registrados.

Deputado Marcus Pestana, o senhor é o próximo. Eu vou passar a palavra para o Relator, mas primeiro o senhor vai falar. Antes do próximo, eu vou passar a palavra para o Relator, está o.k.?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, eu queria fazer um registro e revelar, de forma enfática, a minha estranheza. E acho que interpreto aqui o sentimento de outros membros desta CPI.

Nas últimas sessões, tudo que foi falado e construído dizia respeito a método, a um plano estratégico de abordagem da investigação, de uma lógica. Falamos em blocos: bloco institucional, depois abordar os intermediários, depois os servidores públicos e conselheiros, depois as empresas, depois os assuntos derivados, que não têm a ver diretamente com o CARF, mas que são subprodutos. Nós os construímos. Inclusive, gerou mal-entendido na imprensa, na opinião pública, como se houvesse alguns acordos, que não existiram! Foram feitos em cima de método!

Para a nossa surpresa — eu estava convocado para uma reunião administrativa, em que seriam aprovados requerimentos —, de repente nós somos surpreendidos com uma oitiva, que é central no processo, para a qual, no ambiente que a Casa está vivendo, *pré-impeachment*, nós não tivemos a mínima condição de nos preparar.

Eu queria registrar a total inutilidade desta oitiva. Para fortalecer a minha argumentação, nas duas reuniões anteriores, sobre método, sobre estratégia de abordagem da investigação, eu quero revelar aqui e registrar, com todas as letras, a inutilidade desta oitiva. Antes de termos acesso aos inquéritos, às quebras de sigilo, de que adianta? É perda de tempo, de energia, e quebra toda uma lógica, todo um discurso.

Eu me sinto traído aqui hoje — traído! Nem o Presidente nem o Relator estão presentes! Então, é preciso que nós tenhamos um planejamento coletivo.

Ainda assim, eu vou fazer algumas inquirições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu só queria esclarecer a V.Exa...



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu estou absolutamente desconcertado, porque eu não tive oportunidade sequer de ler o depoimento do nosso inquirido hoje na CPI do Senado, documentos necessários. Então, além da inutilidade, porque há um *habeas corpus*; a intenção de não falar; e não termos fatos concretos e detalhados, é muito estranho!

Mas eu queria fazer as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Só quero fazer uma ponderação, porque acho que é meu dever. Eu não sou sequer da Mesa da Comissão.

O Presidente teve um problema familiar grave.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Isso é possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Não quero entrar em considerações sobre o porquê de estar aqui, mas resultou na minha presença aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Pela autoridade da experiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O que eu queria ponderar a V.Exa. e aos demais é que, com a presença do Presidente Pedro Fernandes, a gente retome essa discussão...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sim, mas eu queria deixar, em ata, registrada a minha quase indignação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Vai estar, mas só para que a gente recupere, do ponto de vista de conteúdo e método, um debate que o senhor tem toda razão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E o planejamento tem que ser coletivo. Ninguém tem que administrar fila de convocação, fluxo decisório. Todos nós aqui temos... É uma Casa democrática, transparente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Isso. Eu perguntei à assessoria, mas muito provavelmente — eu não quero antecipar — é possível que o critério tenha sido aquele que inclusive alguns de nós ponderamos que não seria o melhor, mas pelo número de citações.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Ah! Mas esse critério foi destruído na discussão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu fui um dos que ponderei contra, mas...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu sei, mas eu estou me sentindo mais confortável exatamente pela sua presença na Presidência, porque eu sei da sua posição, mas gostaria de fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não, à vontade.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Dr. Alexandre, qual é o motivo da sua prisão preventiva? A que o senhor a atribui?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu queria deixar para o senhor uma informação importante: eu tenho uma defesa construída, que está na 10ª Vara, para que todos possam ler essa defesa e verificar o que está acontecendo. Eu estou vendo que está havendo muita confusão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas está em sigilo.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Não, senhor. O senhor tem direito a pegar tudo na 10ª Vara. O Dr. Marcelo Leal se compromete a juntar aqui a defesa integral. Então, está tendo...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Gostaria de requerer, então, a juntada...

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - A questão de datas é muito importante. Estão falando de coisas de 16, 20 anos. Eu vim para cá para falar de coisas de 2009. De 20 anos atrás, eu nem me lembro mais. Então, juntar essa defesa, para que o senhor possa ter uma noção do que nós estamos...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Perfeito. O senhor tem razão. É nesse sentido que eu estou falando. Isso reforça a inutilidade dessa oitiva. Nós precisávamos ter acesso a essa documentação para melhorar a qualidade da nossa inquirição.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, está disponibilizado na 10ª Vara. O Dr. Marcelo Leal traz aqui para o senhor para anexar.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Dr. Marcelo, então, fica verbalmente, Presidente, requerida a juntada dessa documentação que está disponível.



**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - E vai ficar bem claro mostrar que eu não participei de CARF, que eu não participei do que está se falando. Vai ficar claro para isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu agradeço.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Acredito que vai ajudar bastante os senhores com referência ao assunto.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu agradeço. O senhor tem razão. O senhor não devia estar aqui neste momento. Foi um equívoco de planejamento. Nem vou perguntar a relação do senhor com... São perguntas muito simples. Só se o senhor conhece as pessoas, não mais que isso, sem nenhum prejulgamento. José Ricardo da Silva — o senhor o conhece pessoalmente?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, como eu lhe falei: está tudo nessa defesa. Eu vou me manter em silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Está certo. O senhor confirma os termos da sua entrevista à *Veja* de 25 de outubro de 2006?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu não me lembro dessa entrevista. Eu me lembro de que saiu a entrevista. Agora, essa entrevista foi gravada de forma ilegal. Uma parte foi gravada normalmente; e outra, de forma ilegal. Então, eu não posso dizer para o senhor como é que se... Foi em 2006. Faz 10 anos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É, dez anos.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Faz 10 anos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quantas empresas o senhor tem? O senhor é proprietário acionista de quantas empresas?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu me mantenho em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Está ótimo. Uma questão que tenho estranheza e é um assunto derivado, não focado no CARF, é o pagamento de 2,5 milhões à LFT Marketing Esportivo. Qual foi a natureza desse contrato?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Deputado, mantenho-me em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor teve algum envolvimento na discussão da Medida Provisória nº 471?





**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Deputado, mantenho-me em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Bem, dentro da sua estratégia pessoal, Dr. Alexandre Paes dos Santos, tem todo o direito constitucional de ficar calado. É uma estratégia de defesa. Ele já nos reportou à sua defesa no processo que está correndo na 10ª Vara. O silêncio, diante da gravidade dos fatos, é acintoso, agressivo para a sociedade brasileira. Mas, se o Dr. Alexandre está em silêncio, as instituições brasileiras, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira não estão em silêncio. A tolerância com a corrupção é zero. Por isso, se tivermos método, seriedade, consistência, poderemos chegar a desvendar isso, se as decisões coletivas e toda racionalidade construída coletivamente for observada.

Mas gostaria de reiterar meu pedido de que conste em ata minha quase indignação, meu desconforto com esta quebra do método acordado, que deu margem... Eu não fiz acordão nenhum para poupar A ou B, o que defendi aqui foi método. Aí, na primeira oitiva, quebramos o método.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu vou passar a palavra ao Deputado João Carlos Bacelar, na condição de Relator, para formular as perguntas. Ele já está ciente das circunstâncias de *habeas corpus*.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, Sras. e Srs. Deputados, senhor depoente, nós estamos cientes da posição do senhor depoente. Acredito que ele poderia dar enorme contribuição ao País, até porque já há enormes evidências nesta CPI perante o depoimento do Procurador, Dr. Frederico, do Delegado, Dr. Cajado, e do Presidente do CARF. Mas vamos respeitar, acima de tudo, a Constituição.

Senhor depoente, o depoente integrava a sociedade SGR Consultoria Empresarial Ltda. e outra sociedade da qual fazia parte o Sr. José Ricardo da Silva?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu me mantenho em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Em caso positivo, quais eram essas sociedades e qual era o propósito das mesmas?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - A SGR prestou serviços às empresas do setor automotivo?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Em caso positivo, solicita-se ao depoente que faça, em breve exposição, quais serviços teriam sido esses.

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O servidor Fernando Mesquita, do Senado Federal, tinha alguma relação com a SGR?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Em caso positivo, que relação era essa?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Por que razão o depoente informou que era devido cerca de 78 mil reais ao servidor Fernando Mesquita, do Senado Federal?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Qual era o propósito do consórcio entre SGR e Marcondes & Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa — MM?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Senhor depoente, o Procurador Dr. Frederico afirmou aqui na última oitiva, nesta semana, na terça-feira, que a Sra. Eivanice Canário da Silva recebia muitos recursos da SGR. Isso é verdadeiro?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - O senhor conhece o servidor Luiz Alberto Santos?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Vou me manter em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu acredito, senhor depoente, que o senhor está fazendo um desserviço à Nação brasileira. As evidências aqui são muito fortes. Eu não quero fazer juízo de valor, como Relator, mas as informações chegadas até então a esta CPI são muito fortes. Acho que V.Sa. está fazendo um desserviço à Nação brasileira ao vir até aqui e se manter em silêncio. O senhor poderia contribuir. Repense. Se o senhor quiser fazer uma oitiva a portas fechadas, só com os nobres Parlamentares — pediríamos compreensão à imprensa brasileira e aos assessores —, poderíamos fazer uma reunião reservada. O senhor aceitaria fazer reunião reservada para contribuir com esta Comissão?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, vou me manter em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, eu acredito que o senhor depoente não irá contribuir com esta Comissão e dou por encerradas minhas perguntas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Carlos Melles) - Pois não, caro Relator.

Seguindo a lista de inscrições, passo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Cury.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, Sras. e Srs. Deputados.

É uma pena. Antes de começar, eu também queria registrar meu desconforto com este agendamento do depoimento de pessoa central, que é o Sr. Alexandre Paes dos Santos. Pelo que eu tinha entendido nas últimas reuniões, ratificando o que o colega Deputado Marcus Pestana aqui disse, nós tínhamos acordado que, para que tivesse bastante efetividade esta Comissão, haveria roteiro, certo ordenamento, segundo o qual pudéssemos inquirir as pessoas centralmente envolvidas quando tivéssemos acesso a dados e a outros documentos. Para minha



surpresa, o depoimento de uma pessoa central neste escândalo fica agendado, de forma surpreendente, improvisada, para hoje.

Entendo perfeitamente a motivação particular para a ausência do nosso Presidente, mas não compreendo o agendamento deste depoimento. Ele não será produtivo. Aliás, já se está mostrando não produtivo. Causa-me bastante estranheza.

Quero pedir a colaboração a todos os colegas, porque nós devemos retomar a forma que havíamos encontrado, por consenso, para promover a efetividade desta Comissão, senão não vai chegar a bom termo. Com um estoque de requerimentos pinçados e convocações agendadas ao léu nós não vamos ter efetividade. Não me sinto confortável em trabalhar desta forma e quero registrar meu desconforto. Espero que na próxima reunião retomemos o mínimo de racionalidade, para que o trabalho seja efetivo. As pessoas, a sociedade está nos acompanhando. O momento é bastante tenso.

Vou fazer a primeira pergunta por dever de ofício. Provavelmente o senhor não vá respondê-la.

Qual é a sua formação, Sr. Alexandre?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Sr. Deputado, eu me mantenho em silêncio.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Nem vou insistir nessa tese. Parece bastante estranho, mas eu tenho uma tese. Eu gostaria...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Deputado Delegado Éder Mauro, V.Exa. sabe?

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Se sei a profissão dele?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Sim, por favor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Roubar, dilapidar o País, junto com os mentores que com ele fizeram parte disso. Essa é a profissão atual dele.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Vou fazer só uma consideração, porque julgo necessário, em função do mandato, das pessoas que confiaram em mim para estar aqui.



Entendo o momento do País como um dos mais graves. Eu não acredito que nós Parlamentares tenhamos controle sobre o que está acontecendo. As pessoas nos depositam uma confiança enorme. Nem acredito que o *impeachment* esteja somente em nossas mãos. Todos esses julgamentos, processos, prisões têm seu curso natural. Podem discordar de mim, mas isto ocorrerá: com certeza Lula será preso, com certeza Ministros serão presos.

Como disse há pouco o colega Altineu Côrtes, quando foi preso um dos empresários mais importantes do País, algumas pessoas me perguntaram, eu disse a elas que em agosto ele estaria solto, porque essa era a lógica do País até então. O que nós estamos vendo? Ele está há quase 1 ano preso, e sem chance de sair.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Posso interrompê-lo por 1 segundo?  
(Pausa.)

V.Exa. sabe, quando questionei o Sr. Marcelo Odebrecht lá em Curitiba, eu perguntei a ele: “O senhor não pensa?” Ele disse: “Não, eu não tenho o que delatar”. Saiu até na imprensa: “Se uma das minhas duas filhas delatar, disser algo, dedurar, eu brigo com ela”. Todo poderoso! Sabe quanto ele faturou no ano passado, Sr. Alexandre? Mais de 100 bilhões. Poderosíssimo! Dizia o pai dele que até prenderia a Presidente da República, se ele fosse preso. Olha a condição em que o senhor está se colocando. O senhor acha que, no momento em que o Brasil se encontra, nós vamos dar mole aqui? O senhor vai ser máscara de carnaval, quando este conteúdo todo acabar. E ele peitou. Agora sabe o que está acontecendo? Ele quer falar, e o Ministério Público não quer ouvir, porque a condenação dele vai sair em segunda instância no tribunal, no Rio Grande do Sul, e, com a jurisprudência, ele vai em cana. É igual a Marcos Valério, que queria falar no final, e não deu certo.

O senhor tem tudo para colaborar, e não quer por quê? Com certeza o que o senhor escondeu do que tirou de vantagem deve estar bancando o senhor, ou alguém dos grandes está bancando, e nós vamos chegar lá. O momento é o melhor possível para o senhor colocar isso em dia. O senhor está perdendo oportunidade. Eu vi esse filme agora com gente, não estou falando da pessoa, não, de poderio político e financeiro muito maior que o do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Deputado Altineu Côrtes, há uma série de inscritos, e eu queria retomar.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Desculpe-me, perdão. Eu me excedi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Foi uma generosidade, a segunda do Deputado Eduardo Cury. (*Riso.*)

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Eu cedi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Vamos agora nos centrar no Deputado Eduardo Cury.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** Eu só queria dizer que este não é um momento comum na história do País. Não façam sua lógica baseado no espelho retrovisor da impunidade. Existe outro momento acontecendo. Nós só estamos vendo o começo desta história. Vai passar um furacão sobre o País, para quem não entendeu até agora. O *impeachment* é só um detalhe. No final desta história, que será daqui a alguns anos... Somente 20% de todo o material da Lava-Jato foi analisado até agora. Isso vai chegar a Governador de Estado, a Prefeito, a cidadão comum. Vai muita gente presa.

Quando passar este temporal, este furacão, vai haver uma montanha de gente presa, vão ser destruídas vidas e famílias, por irresponsabilidade de alguns, e haverá um País novo. O senhor vai ter que tomar a decisão de em que País vai estar. O senhor é um personagem muito pequeno nesta montanha, nesta tormenta toda. É muito pequeno. O senhor provavelmente moldou seus valores equivocadamente ao longo desses anos, baseado na impunidade, em *network*, numa rede de poder, que é uma coisa nojenta, mas que está incrustada no Brasil, e acha que suas decisões futuras estão baseadas no passado. Está equivocado. Espero que o senhor repense sua posição, senão vai ser arrastado junto com isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno. Ele tem uma prioridade e por isso, Deputado Leonardo Quintão, por gentileza, vai formular como autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, já está claro, o Sr. Alexandre Paes dos Santos diz que não vai falar, não quer falar. É direito dele, resguardado pela legislação e por *habeas corpus*. Diante disso, ele não quer contribuir, quer continuar com seus crimes insolúveis, como tantos que estamos



vendo na República atual, da maior gravidade. Não quer contribuir, então, arque com as penas da lei.

Sr. Presidente, eu tinha várias perguntas a fazer, que vou encaminhar à Mesa, para mostrar à sociedade que estávamos aqui presentes para cobrar dele. Só que ele usa e abusa, com todas suas relações, e não contribui para que o País encontre uma solução e passe a limpo este grave momento.

Tenho aqui requerimento, de que são autores outros tantos, da convocação do Sr. Jorge Antônio Deher Rachid, Secretário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É na parte deliberativa, em seguida.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Eu só queria apenas comunicar. Há outros requerimentos também no mesmo sentido. Eu vou ter que sair e vou deixar meu apoio a eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não. Eu queria sugerir a V.Exa. que falasse com os outros dois autores, que já entre si produziram um entendimento. V.Exa. já está falando com um deles, Deputado Helder Salomão, mas estão registradas sua iniciativa e opinião.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - E deixo registrado que a decisão dele será a minha decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Muito bom.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Presidente, para mim é uma alegria ter V.Exa. na Presidência. O Deputado Pedro teve uma questão familiar, como V.Exa. disse. Deputado João Carlos Bacelar, o depoente está no direito de não falar. O senhor é bem-vindo aqui e respeitamos seu direito.

O senhor disse que está preso há 5 meses, correto? *(Pausa.)*

Minha primeira pergunta para o senhor, para lhe dar até liberdade de responder, e tenho certeza de que esta vai responder. O senhor se considera inocente, sim ou não?

**O SR. ALEXANDRE PAES DOS SANTOS** - Eu vou me manter em silêncio.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - O.k.

Então, eu termino meu questionamento aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Deputado Delegado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, às vezes ficamos pensando que talvez este País, com esta onda que está passando por cima de tudo isso, pudesse vir a ser melhor. Mas ainda temos o desprazer de ver pessoas terem a covardia de usar de estratégias do Direito e ficarem caladas, até porque existem coisas que realmente não há como defender.

Eu sei, Sr. Alexandre, que o senhor não vai falar, mas vou lhe dizer o que certamente 90% ou mais do povo brasileiro gostaria de lhe dizer. O senhor faz parte de uma quadrilha, chefiada pelo ex-Presidente Lula, que destrói este País já há 13 anos, que com certeza afundou a maior empresa estatal deste País, a PETROBRAS — só nesses últimos 2 anos são mais de 56 bilhões de prejuízo.

Nós temos, de outubro do ano passado para cá, mais de 10 milhões de desempregados neste País. E não estou falando dos que já estavam desempregados, estou falando dos que perderam o emprego de carteira assinada: 10 milhões!

Milhares de pessoas, neste momento, Sr. Alexandre, estão jogadas nos corredores dos hospitais sem atendimento porque a saúde pública está afundada e falida por causa da roubalheira de vocês!

Milhares de crianças no meu Estado do Pará, na minha Grande Belém, estão sem merenda escolar — como hoje vi no jornal —, inclusive no Rio de Janeiro, porque vocês roubaram o País.

Milhares de pais de família — se o senhor tem filho ou neto, pense nisso — estão hoje desesperados porque não têm o que dar de comer para seus filhos.

Estou aqui em nome desse povo, olhando nos seus olhos, dizendo que vocês roubaram, causaram um prejuízo para este País do qual talvez ele não se levante tão cedo. Mas espero que esta CPI, da qual faço parte, possa realmente fazer um trabalho sério e chamar aqui, implicado nisso, inclusive o filho de Lula, Luís Cláudio,





e o próprio ex-Presidente, para que venham aqui se justificar ou ficar calados, como o senhor está aí, seu canalha! Para poder prestar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Por favor.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - A palavra é minha, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É sua, porém há regras. V.Exa., como todos nós aqui, temos a liberdade da palavra. Ofender o depoente é outro departamento.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Será que a maior ofensa é a minha ou a deles com o povo brasileiro? Qual é a maior ofensa, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Presidente, por favor.

Deputado nós estamos no Parlamento, não vamos entrar no mérito se o depoente está certo ou está errado. Acho que V.Exa...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Mas nós temos! Nosso dever aqui é entrar no mérito sim, se ele está certo ou está errado. É investigá-lo. Se não posso falar os adjetivos que eu acho dele, o que o povo brasileiro acha deles...

Só quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: com relação a esta CPI, eu queria finalizar dizendo exatamente que eu quero que ela não se envolva apenas no sentido de chamar aqui pessoas como representantes de empresa, o delegado que presidiu, o promotor que presidiu. Nós temos que chamar os implicados. Os nossos requerimentos, que ficaram de ser votados nesta semana, já estão fora de pauta.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas não vamos fazer isso.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Era o que eu queria saber.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu quero corroborar com V.Exa. aqui, Deputado, inclusive ratificar o que o Deputado Pestana disse, o que o Deputado Cury disse. Eu fiquei indignado e pedi ao Deputado Pedro Fernandes audiência ontem à noite, para discutir sobre os requerimentos. Não foi possível porque o Deputado teve que viajar para o seu Estado.

Acho que os requerimentos têm que ser pautados e têm que ser aprovados ou rejeitados. Nós não podemos vir aqui e sermos acusados de que estamos engavetando requerimentos. Eu, como Relator, não admitirei isso. Já disse ao Deputado Arlindo, que está presidindo esta Mesa, e corroboro com o que V.Exa.



falou: não admitirei, como Relator, ser tido como omissos nesta Comissão. Nós não vamos repetir o que o Senado Federal fez. O Deputado Pedro Fernandes tem que contribuir com o Brasil, os requerimentos têm que ser pautados aqui. Nós não vamos ser taxados de “engavetadores-mores” na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Muito bom, Deputado João.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Agora, peço a V.Exa...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Não, eu já encerrei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Peço a V.Exa. que, no palavreado, tenha um pouco de respeito com quem quer que seja aqui.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eu já encerrei meu posicionamento. Eu já encerrei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Manifeste suas posições objetivas no Pará, no Brasil, mas, em relação aos adjetivos, V.Exa. se controle um pouco. Eu peço, como Relator, que tenhamos aqui educação, que usemos o Parlamento como uma tribuna para criticar, para opinar, mas com um linguajar correto, como Parlamentar. Esta que é a opinião do Relator.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Eu só queria dizer, no geral, para nós todos — eu me incluo, porque estou na bancada, mas é circunstancial —, que sempre existe um pressuposto, mesmo quando não parece, até porque o depoente, como o próprio Relator, está preso, mas existe a famosíssima presunção da inocência. Quer dizer, ao final de qualquer julgamento é que nós vamos ter certezas. Convicções todos nós temos, e podemos até ter acordo. Então é sob essa lógica que, como o Relator também expressou, é preciso ter essa cautela. E evidentemente a palavra é livre, até nos adjetivos; porém, o objetivo de nós tentarmos esclarecer todo esse processo é o principal. Eu sei que V.Exa. busca contribuir nesse aspecto, que é essencial.

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy, que é um dos autores de requerimento também.



**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Sr. Presidente, muito bom dia. Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado João Carlos Bacelar, Relator desta CPI, demais nobres colegas, servidores, depoente e advogado que o acompanha, eu queria corroborar com meus colegas no sentido de que esta CPI do CARF ocorre num momento em que o Brasil vive uma situação econômica, política e social extremamente delicada. E nós precisamos aprofundar as investigações, sim, com muita responsabilidade, com extrema sabedoria, para que não haja a percepção, por parte da população, de que nós falhamos ao não investigar, ao não apurar, ao não dar respostas, já que a maioria das Comissões Parlamentares de Inquérito não chega ao seu objetivo inicial.

Então, nós precisamos muito, sim, buscar aqui depoentes, sujeitos, empresas, envolvidos que estejam realmente com as atitudes pertinentes ao CARF e que sejam obviamente envolvidos em todo o processo, sejam servidores públicos, sejam intermediários que atuaram, sejam empresas que se beneficiaram. Mas é evidente que nós temos que ter uma responsabilidade pelo tamanho da crise que o País passa, pelo momento político, econômico e social. Muitos já falaram no tamanho do desemprego, na crise que nós vivemos. Repetir algo de que todos já sabem, que os brasileiros já sofrem por todas as ruas, é corroborar com essas palavras.

Esta CPI precisa aprofundar os trabalhos. Precisamos de uma pauta definida, precisamos de uma diretriz para entender quais serão os passos, os procedimentos e o andamento dela, para que não incorramos nos erros de outras Comissões de não ter uma agenda definida, um cronograma e o estabelecimento das informações necessárias que nos ajudem efetivamente a construir um processo investigativo que descubra algo benéfico para o País, para o próprio Conselho e para todos aqueles que servem ao Conselho e que se utilizam dele para se defender.

Então, eu fico preocupado porque nós precisamos dar uma diretriz clara e objetiva sobre que tipos de personagens, que tipos de envolvidos escutaremos e quais serão esses prazos, porque há centenas requerimentos, e todos os dias chegam mais e mais requerimentos. Então nós precisamos de um cronograma claro, de uma agenda de trabalho bem específica, com muito respeito ao Deputado Pedro



Fernandes, que hoje não pode estar aqui, que preside esta Comissão, para conseguirmos dar respostas à população.

E, em virtude de o depoente Alexandre Paes dos Santos — de cujo requerimento de convocação sou autor — ter o seu direito de permanecer calado, ficamos tristes, porque aqui, como já disse também por outros colegas, demos a oportunidade para que vários depoentes pudessem usar do microfone para esclarecer fatos e, obviamente, conseguir ajudar o País a se recuperar.

A corrupção que se enraizou em diversos órgãos e setores do setor público — e, evidentemente, aqui se investiga o Governo Federal — é algo maléfico e prejudicial e ocasionou um caos social. A população rejeita e repugna todos os agentes políticos e aqueles que se beneficiaram por parte dela.

Então V.Sa. hoje tem uma oportunidade. Eu já assisti ao caso do Sr. Bumlai e de outros tantos que passaram e disseram que em nada poderiam contribuir porque nada deviam à população, ao Estado e ao Erário. Aqui V.Sa. tem a oportunidade, talvez ímpar, de contribuir para o processo investigativo, para que possa, efetivamente, se beneficiar de uma investigação que culmine realmente em encontrar — se V.Sa. é inocente — os culpados. E, se V.Sa. se beneficiou, que realmente pague por aquilo por que foi responsável com suas atuações dentro dos ambientes públicos.

Então eu fico decepcionado com a pessoa de V.Sa., Sr. Alexandre Paes dos Santos, porque acreditávamos que haveria de contribuir com o nosso processo de investigação. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem os poderes previstos na Constituição de investigar, de punir, de indiciar todos e quaisquer cidadãos. Então nós precisamos apurar e investigar um órgão que foi responsável por bilhões e bilhões de reais em desvios dos recursos públicos, porque, se esses recursos não foram enviados ao Tesouro, foram, obviamente, desviados por quaisquer que sejam essas atuações. V.Sa. tem essa oportunidade, com muito respeito que tenho aos depoentes que participam, para que possamos esclarecer e possamos, obviamente, ajudar o Brasil e os brasileiros a se recuperarem não só econômica e socialmente, mas em termos de respeito, em termos de cidadania, em termos de disciplina.

E temos que dar exemplo aos nossos filhos, às nossas próximas gerações. O País precisa de homens de bem, de mulheres de bem, para que consigamos



construir um País que possa dar educação, saúde, transporte, possa dar os direitos necessários, pelos quais os cidadãos pagam caríssimos impostos, mas, principalmente, que possamos dar exemplos de homens que não praticam atos lesivos ao setor público, que não praticam atos de corrupção e que prejudicam muito o nosso País e, principalmente, as nossas próximas gerações.

Então ficam aqui, Sr. Presidente, as minhas colocações. Agradeço-lhe a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

Neste momento, eu vou dispensar o depoente, o Sr. Alexandre Paes, ao tempo em que informo a todos os Srs. Parlamentares que protocolaram algo, ou vierem a fazê-lo em breve, que passarei imediatamente ao depoente ou ao seu advogado, para que ele pelo menos tenha conhecimento.

Também a Comissão vai buscar aquilo que ele próprio informou, que é sua defesa. E a Secretaria da Comissão, ao ter isso em mãos, vai distribuir a todos os membros da CPI para posterior avaliação.

Com referência ao que eu vou chamar de avaliação desta audiência, eu concordo, mas, de qualquer maneira, acho que é meu dever informar ao Presidente da Comissão, Deputado Pedro Fernandes, até porque eu penso, Sr. Relator, Deputado João Carlos Bacelar, que V.Exa. e ele, naturalmente, na discussão de pauta, têm um papel maior do que os demais. Porém, V.Exa. sabe também, como eu antevejo que essa discussão vai acontecer na próxima reunião da Comissão, eu creio que nós devemos todos estar preparados, principalmente V.Exa. e ele, o Presidente, para darmos uma reorganizada do ponto de vista de repassar o plano de trabalho e, se necessário, reformular um outro ponto, mas isso para a próxima reunião.

Neste momento, estamos encerrando esta audiência e vamos agora entrar na sessão deliberativa.

Ata.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 7ª e da 8ª Reuniões Ordinárias da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Peço dispensa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Dispensada a leitura das atas a pedido do Deputado Marcus Pestana.

Em discussão as atas. Há quem queira discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-as em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Agora nós vamos à deliberação de requerimentos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quero reforçar, agora com a presença do Relator: nós acumulamos uma discussão nas últimas três reuniões, inclusive na reunião fechada com o Procurador da República, que foi muito útil até para fortalecer o nosso espírito de consolidar uma metodologia de trabalho consistente e transparente. Então eu creio... Ficou claro para mim no contato com o Procurador que, ao passarmos pente fino sobre a lista de requerimentos — e hoje já foi quebrado esse planejamento —, nós devemos ter uma racionalidade, não formar estoques de requerimento, não deixar folga — exatamente o que o Relator João Carlos Bacelar falou —, para não parecer que estamos engavetando. O que aprovarmos é para convocar, mas tem que haver uma harmonia coletiva.

Na oitiva do Procurador, ficou claro que algumas pessoas são extremamente secundárias, e outras, centrais. Para quê aprovar requerimento de pessoas secundárias, que são meros carregadores — um ele chamou de *office-boy* —, e não centrar fogo nas pessoas essenciais?

Eu proponho então — porque nós vamos entrar agora na aprovação de requerimentos — que se organize da seguinte forma: que o primeiro bloco seja o institucional.

Veja bem, numa das argumentações de aprovação do requerimento do Ministro Guido Mantega, que não está sendo investigado, é que ele fazia parte do bloco institucional. Hoje nós trouxemos um ator central num esquema criminoso, aí já mistura. Na leitura da opinião pública, parece que o Ministro Guido está misturado com o lobista e o intermediário.



Então eu proponho que haja o bloco institucional; logo depois, o bloco dos intermediários — tudo indica que organizavam o mercado. Corruptos e corruptores parece-me que tinham um papel passivo até certo ponto e eram organizados por esse núcleo central de intermediários. Então proponho que o segundo bloco seja dos intermediários; depois, dos servidores públicos e conselheiros; depois, das empresas; e depois, de assuntos derivados, como, por exemplo, a questão do Fábio Luís Lula da Silva. Eu acho que é um assunto derivado e só por isso defendi que não fosse aprovado o requerimento naquele momento, que ficasse para o quinto bloco, já que não tem a ver diretamente com o CARF, mas surgiu, emergiu nas investigações da Operação Zelotes.

Então eu queria solicitar que o Relator e o Presidente, a Comissão como um todo, consolidassem essa metodologia: aprovaríamos em bloco. Vamos abordar o bloco institucional, que é o caso da listagem de hoje. Aí vamos programar as oitavas, não vamos engavetar nenhum requerimento aprovado. Findo isso, aos 44 minutos do segundo tempo, convoca-se uma reunião administrativa para aprovar o bloco seguinte. Ao final desse bloco, aos 43 minutos do segundo tempo, convoca-se outra reunião administrativa para aprovar o bloco seguinte. Nós ficaremos confortáveis. O que eu não vou admitir, e até não participarei disso, é a formação de um estoque de requerimentos e administração aleatória e não coletiva da fila.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Vou dar a palavra ao Deputado Izalci e depois ao Deputado Sandes Júnior, pela ordem de inscrição, e comentarei as palavras do Deputado Marcus Pestana e, eventualmente, dos senhores também.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Peço a palavra pela ordem também.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, vou fazer uma colocação relacionada à sessão passada. É pública, está nos jornais, então eu acho que não há nenhuma dificuldade em relação à questão de ter sido sigilosa a reunião. Mas nós ouvimos aqui, e talvez tenha sido uma das melhores audiências, o Procurador Frederico, mas estava presente na reunião aqui o Deputado Pimenta, e ninguém falou nada. Estou vendo aqui uma reportagem do *Estadão* do dia 6 de novembro de 2015, que diz que Ricardo Leite, que é o Juiz Substituto da 10ª Vara, suspeita de



conluio de Frederico Paiva, que é Procurador da Zelotes, com o petista. O Ministério Público Federal ajuizou ação contra o Magistrado — *O Estado de S.Paulo*. E diz aqui, inclusive: “Paiva usou o Deputado petista Paulo Pimenta (RS) e blogueiros simpáticos ao PT para difamá-lo, com a intenção de afastá-lo da Zelotes.”

Ouvimos muito o Procurador, mas, agora, em função disso que eu vi hoje, acho que nós temos que ouvir aqui o nosso Juiz Substituto Ricardo Leite, para não ouvirmos só uma parte. Eu acho relevante esse assunto.

Eu não sei se tem algum requerimento convidando o Juiz Ricardo Leite. E eu achei estranho, porque o Deputado Pimenta estava aqui e não falou nada sobre isso. Dá para verificar? Porque, de qualquer maneira, vou fazer o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Fica registrado. Obteremos a resposta em breve, e V.Exa. toma a iniciativa que julgar adequada.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia.) - Com a palavra o Deputado Sandes Júnior.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Sr. Presidente, Arlindo Chinaglia, Relator Deputado João Carlos Bacelar, naquela última reunião, fechada, o Procurador passou o pente-fino sobre várias empresas que têm ou não a ver, para sistematizar o nosso trabalho. Eu queria sugerir que, se fosse possível, hoje ou na próxima reunião, votássemos aqueles requerimentos das empresas que ele citou que não têm nada a ver, que não estão sendo investigadas, que não fazem parte do processo, porque muitas e muitas empresas estariam fora, e sistematizaríamos mais o nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Fica a sugestão, mas, de qualquer maneira, eu vou combinar as ponderações.

Primeiro, o Deputado Marcus Pestana retomou algo, na minha opinião, mais estruturante, até porque, acho que na segunda reunião desta Comissão, dada a disputa política inerente, penso que a Comissão teve seu ponto alto, ainda que tenha merecido crítica — na minha opinião, injusta —, porque passou a ideia de que, de fato, teria havido um acordo para haver proteção. Não foi o que ocorreu.

Eu fui mencionado numa matéria, e liguei para o autor da matéria. É um jornalista que escreve muito bem, e eu gosto do que ele escreve. Ele reproduziu





literalmente – por exemplo, estou falando de mim para não falar de ninguém – o que eu disse, mas o contexto era desagradável, muito desagradável. Aí, eu expliquei. Mas estamos sujeitos a isso. Agora estão todos aqui, cada um com sua tranquilidade, de acordo com sua consciência.

Tivemos aqui há pouco a opinião do Relator, Deputado João Carlos Bacelar, portanto, há concordância do Relator e há a nossa concordância. O que nós vamos fazer na próxima reunião é na linha de não haver estoque de requerimento. E todos aqui estamos defendendo a mesma coisa.

Qual é o critério? A imagem eu que fiz numa das reuniões foi a seguinte: eu não trabalho como se fosse uma corrida de 100 metros. Isso aqui tende a ser uma maratona. Porque tanto o Delegado quanto o Procurador foram judiciosos de maneira geral nas observações. Às vezes, respondiam da seguinte maneira, especialmente o Procurador: “*este não está investigado.*” Mas ele acrescentava: “ainda”. Ou seja, amanhã, a situação pode mudar.

Então, eu penso que, se começarmos pelo institucional... E aqui, Deputado Marcus Pestana, V.Exa. tem tido, na minha opinião, como sempre, uma atitude bastante objetiva, sem concessões, que é o que todo mundo tem que ter.

O que me preocupa? Perdoem-me dar a minha opinião. Há muito, eu não participo de CPI, por um único motivo: as CPIs vêm perdendo autoridade, porque é muito alarido, é muito calor, e, no final, não se produz. Então, esse é o esforço que nós queremos aqui compartilhar. Eu acho que vai chegar o momento em que nós vamos querer saber se é só o que a Polícia fez, se é só o que o Ministério Público fez, se vamos ou não vamos quebrar sigilo, ou melhor, transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, etc. A CPI vai ter momentos decisivos.

Agora, se nós não tivermos, de fato, um plano, o risco de ficarmos no discurso é grande. Da minha parte, não há essa intenção. Então, nós vamos relatar ao Presidente Pedro Fernandes — o Relator tem um papel superior — para dizer: vamos repassar o nosso plano de voo, de trabalho.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.



**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu quero só fazer uma consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu concordo em parte com o Deputado Pestana. Eu acho que nós temos que ter critério, temos que ter as linhas de raciocínio. Acho que a vinda do Alexandre foi fora do tempo, realmente.

Mas acontece, Sr. Presidente, que eu também essa semana fui alvo de uma matéria. Esta CPI tem que tomar muito cuidado. E eu respondi ao jornalista. Imagino que ele tenha entendido. Foi apresentado num primeiro momento... Não sei se o Presidente se precipitou, eu queria que ele estivesse aqui. Ele colocou em pauta diversos requerimentos para serem votados. E, agora, como nós vamos fazer? Vamos escolher dentro da pauta? Porque não deveria ter sido pautado.

Nós temos dois momentos. Há um momento de pautar. Pautou, tem que aprovar ou reprovar. Agora, nós vamos fazer uma escolha pinçada ali? Aí, vão dizer: *“Não, mas o requerimento do Deputado Altineu número ‘x’ estava lá, não foi votado. Por que não? Por que os Deputados escolheram não votar esse ou aquele requerimento?”* Isso me preocupa. Eu acho que nós deveríamos conversar. Porque já foi dado um passo. Eu estou preocupado com a forma como vai ser feito isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Se eu tivesse...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - ...para que nós não sejamos alvo, às vezes, de matérias mal-intencionadas querendo dizer que existe aqui blindagem de A, B, C ou D, que está ali já pautado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Método e transparência resolvem isso tudo, porque apresentar requerimentos é da natureza da nossa atividade. Então a apresentação, em si, não tem nada. É só ter método deliberativo, porque o que eu propus é um processo cumulativo. Eu acho até o Deputado Sandes... Entendi a proposta dele. Mas, por exemplo, nas oitivas dos intermediários e depois dos funcionários públicos e conselheiros, pode ser que nós descubramos coisas das quais o Procurador nos falou. Tendo método, nós vamos evoluindo e dando consistência ao trabalho, para não ficar gerando — como o Presidente Chinaglia disse — muita espuma e pouco chope. Isso está virando uma tradição em CPI.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É isso. Há até quem goste. Mas, de qualquer maneira, eu penso que é fácil resolver essas questões. Então, se alguém apresentar um requerimento, é o conjunto que vai deliberar. O conjunto pode deliberar ou não deliberar naquele momento.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Posso dar um encaminhamento nesse sentido, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O conjunto pode aprovar, pode reprovar. Ou seja, isso daí nós vamos trabalhando coletivamente. O que eu percebo — não aqui — quando há limite do uso da palavra, o que é próprio da disciplina da CPI, é que, às vezes, não se consegue sequer defender no limite uma determinada posição. Mas, quanto a isso, penso que vamos entrar no ajuste.

O Deputado Vinicius Carvalho está com a palavra. Depois, o Deputado Leonardo Quintão tem a palavra.

Mas nós precisamos entrar na pauta. Nós temos uma pauta extensa ainda.

**O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO** - É claro. Sr. Presidente, a despeito do que foi falado — logicamente, V.Exa. já mencionou isso e também o Deputado Pestana — da organização que nós fizemos em reuniões anteriores nesta CPI, a organização, aliada ao planejamento, traz o resultado que se espera. E eu tenho certeza de que não somente eu, mas os demais membros desta Comissão têm imparcialidade e devem ter sempre a serenidade para fazer com que alcancemos o resultado.

Então eu dificilmente me manifesto, porque fico observando para que não seja repetitivo e enfadonho. Não é essa a necessidade, não há necessidade disso. Mas quanto às ponderações que foram colocadas anteriormente, até nas reuniões anteriores, a essas eu aquiesci quando foi colocado em votação, porque eu avaliei e vi que era o caminho de organização para que nós alcançássemos aquilo que planejamos. Então, esse é o posicionamento.

Concordo com o Deputado Pestana com relação a fazermos o alinhamento, conforme já foi deliberado nas reuniões anteriores.

É a nossa palavra.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado, Deputado.



Com a palavra o Deputado Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, nós vamos deliberar apenas esses requerimentos aqui que estão na pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É a pauta.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - É a pauta.

Agora faço uma sugestão, Sr. Presidente. Eu acho que foi muito boa a reunião com o procurador esta semana. Nós tivemos uma reunião de, provavelmente, 5 horas, lendo nome individual dos citados nas escutas, nos processos.

Eu gostaria de sugerir o seguinte, como nós não temos tempo de ouvir, são mais de cem pessoas citadas ali: que nós pudéssemos, dentro da prioridade citada pelo procurador, convocar pessoas que têm indício, pessoas que já foram indiciadas, e deixar por último as convocações de gente que foi citada por pessoas, que foi citada por pessoas que não têm nem investigação, senão vai acontecer igual aconteceu aqui: o cidadão vem aqui, no seu direito ele se cala. Mas eu fiz uma pergunta clara a ele: “*Você é culpado ou não?*”, e ele se calou. Então, para mim, ele é culpado, porque, se me dão oportunidade, quando eu estou sendo acusado, eu sou o primeiro a dizer que não sou culpado e a tentar convencer os pares aqui. Então o meu voto já é pelo indiciamento desse cidadão, porque ele é culpado, sim, ele veio aqui e se calou.

Sr. Presidente, eu acho que podíamos fazer uma reunião de trabalho e decidir isso, porque nós não vamos ter tempo de ouvir todo mundo, nós não vamos ter condição humana de ouvir todo mundo. Devemos priorizar quem tem indício, quem tem culpabilidade, quem já tem sigilo bancário que mostra recurso indevido depositado na conta. Quem sabe, numa reunião administrativa, possamos decidir isso o mais rápido possível. Semana que vem, já podemos ter outra reunião positiva, como tivemos com o procurador, e não uma reunião como essa. Eu acho que, se trazer bandido aqui para ser ouvido, ele vai ficar calado, porque a Constituição, tendo ele um *habeas corpus*, assegura-lhe o direito de ficar calado. Veja bem o desperdício para todos nós aqui!

O Deputado Altineu está aqui fazendo seus requerimentos.



Quero parabenizar V.Exa., Deputado Altineu. V.Exa. honra o PMDB aqui. Eu acho que nós temos que ouvir as vozes dos Parlamentares. V.Exa. está dando uma ajuda muito grande aqui. V.Exa. pode nos ajudar e, quem sabe, até ser um coordenador nessas prioridades, porque nós ouvimos aqui o procurador, e tem muita gente culpada. Nós temos que ouvir essas pessoas aqui que podem nos dar o caminho. O procurador nos deu o caminho, o delegado nos deu o caminho, sugeriu os colegas para ler o material, porque tem muita escuta telefônica que não leva a lugar nenhum, que é uma conversa da conversa da conversa, contratos que não foram firmados.

Então, vamos pegar quem é culpado, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, o senhor me perdoe. O senhor me perdoe, Sr. Presidente, mas farei mais uma consideração.

Eu vi a pauta agora. Eu não tinha nem visto que o depoente que estava aqui. Eu não entendi. Foi feita aquela pauta. A pauta foi apresentada, não foi votada. Aí o Presidente esqueceu aquela pauta e fez essa? Aquela ficou em suspenso? Porque aquela pauta ficou sem terminar...

Eu, esta semana, Sr. Presidente, fiquei bastante revoltado porque fui atingido numa matéria. Eu só fui elogiado num ponto, porque eu fui chamado de baixo clero, e para mim é um grande elogio ser do baixo clero. Mas disseram que eu era do baixo clero e convocava os peixes grandes. Mas por quê? A CPI está aqui para convocar o quê? Peixe pequeno? O dono do Bradesco não pode ser convocado aqui, não? Foi pego num grampo telefônico! Não sei em que momento, não estou dizendo que foi agora, não, mas não se pode votar requerimento?

Aquela pauta ficou em aberto. Eu queria que o Presidente colocasse... Aquela pauta ficou em aberto. Por que daquela pauta foram escolhidos esses aqui e não outros?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu não tenho como responder a nenhuma dessas questões. Então, eu queria dar o encaminhamento...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu conversei com o Presidente. A ideia foi relativa àqueles blocos. Estamos no bloco institucional, de autoridades.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu só queria falar uma coisa, antes que eu esqueça, Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Ele tinha que explicitar e trazer isso aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Primeiro, com a determinação da investigação e a cautela de não ferir quem não pode ser ferido, digamos, por não merecer, o que eu creio que nós devemos fazer no início de cada reunião, especialmente no bloco institucional? Se — e não é por acaso que eu falo isso, é porque isso foi assim pensado e assim vai ser trabalhado —, amanhã ou hoje, alguém do chamado bloco institucional apresentar qualquer evidência, ele terá outro tratamento, como qualquer depoente, mas, enquanto estivermos no bloco institucional, eu penso que é dever da Comissão, a partir do Relator e da Presidência, explicar: *“O senhor não está vindo aqui na condição de investigado, mas para explicar”*. E, assim, cada um vai falar, de acordo com aquilo que foi definido no plano. Aí, vai haver uma sequência.

Eu penso que nós temos aqui dois extremos, e um deles é não blindar ninguém. Portanto, se aparecer alguém que o conjunto avalie que tem ser convocado, que tem que ter o sigilo quebrado, isso acontecerá. Então, não há perdão aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O Relator é que tem mais o papel de organizar essa metodologia, com o apoio do Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas eu, como tenho uma perna na política e outra na gestão — eu sou apaixonado por fluxos e processos decisórios —, acho que há um nexos nisso. Eu acho que tem que haver alinhamento de conceitos.

Por exemplo, há aquela coisa de ter que separar o joio do trigo. Se, de repente, alguém disser: *“Ele contratou um advogado”*, contratar advogado não é crime, não. Quem tem uma causa de 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões tem que contratar advogado. Se alguém disser: *“Ele obteve decisão favorável do CARF”*, isso não é crime, não. O CARF existe para arbitrar o conflito da Receita com o contribuinte. Então, tem que se ter cuidado para não criminalizar coisas que são da realidade. Às vezes, não se obtém decisão favorável do CARF sem nenhum ilícito.



Agora, se houver um ciclo completo, com a contratação de lobista para corromper conselheiro e obter decisão favorável, ao arrepio da legislação, aí, caracteriza-se o crime. Por isso, nós propusemos a metodologia.

Eu acho que o Presidente não explicitou isto, mas ele está convidando só autoridades nesta fase, que é a institucional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O Procurador deu algumas dicas de quem é joio e quem é trigo, mas nós não devemos confiar absolutamente nem no juízo do Procurador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É claro.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Pode ser que, de repente, numa oitiva de um intermediário, perceba-se que uma empresa que parecia estar o.k. não esteja tão o.k. assim e que outra que parecia, inicialmente, estar comprometida com esquema criminoso não esteja.

Então, tudo é uma questão de lógica, de método, de serenidade e de transparência. Precisamos ter decisões coletivas, para não expor companheiros.

A sua passagem para o alto clero vi ser no Governo Michel Temer, não é? *(Risos.)* Porque o PMDB vai mandar no País. Mas fique tranquilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu não aceitaria essa ofensa à Corte. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Está bom.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu não quero entrar nessa discussão neste momento.

**O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O Deputado Bacelar está pedindo a palavra. Eu queria dar a palavra a S.Exa. e entrar na pauta, senão...

**O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Deputado Relator, por oportuno, peço a V.Exa. 1 minutinho apenas.

Agradeço a deferência e a consideração de V.Exa. — é a sua vez de falar.

Apenas para constar, Sr. Presidente, nós participamos da reunião fechada com o Procurador da República Frederico de Carvalho, e ele deixou bem claro quais



eram as pessoas e empresas contra as quais havia fortes indícios e que estavam sendo denunciadas. Então, para nós apresentarmos requerimento, como foi suscitado aqui, e chamarmos algumas pessoas, penso eu que devamos nos ater principalmente àquelas que o Procurador da República citou aqui como indiciadas com base em fortes indícios.

Por que chamar, neste momento, aqueles contra os quais ele deixou claro — não vou citar nenhum nome — que não há nenhum tipo de indício? Eles podem ser chamados até ao final. Mas para que chamá-los, já que o Procurador deixou claro aqui quem é quem durante esse procedimento? É uma colocação que faço sem dar nomes a ninguém e a nenhuma instituição.

Agradeço a V.Exa. o tempo. Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Deputado Arlindo, Sras. e Srs. Deputados, para dirimir essa celeuma que se criou aqui hoje, eu vou, logo em seguida, ligar para o Deputado Pedro Fernandes, Presidente desta CPI. Ele teve um problema familiar, a perda de um ente querido, hoje, e não pôde participar aqui. Teve que voltar para o seu Maranhão, ontem à noite, e não pôde nem me conceder uma reunião que eu lhe solicitei ontem, para pautarmos o rumo desta CPI. Vou pedir a S.Exa. que seja na segunda-feira à noite ou terça-feira, de manhã cedo, se possível.

Temos aqui um novo rumo nesta CPI e, acima de tudo, baseado, Delegado, no nosso plano de trabalho, que foi apresentado aqui, que é a diretriz de todas as CPIs desta Casa. E não vou abrir mão da autoridade e da autonomia do Relator em cima do plano de trabalho apresentado. Para isso, não irei poupar quem quer que seja, desde agente público, servidores, políticos, empresários, do setor financeiro, do setor automobilístico, do setor telefônico, do setor de cimento, do setor de aço, do setor de medicamento, seja de que setor for. Não vou aqui querer nominar para não fazer juízo de valor antecipado. Mas não vamos aqui blindar quem quer que seja.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Relator, tenho uma pergunta só.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Espere, Deputado Marcus Pestana, até porque o que V.Exa. disse aqui tem muito procedimento. Nós temos que ter muita cautela, até para não sair atacando de uma forma desordenada. Mas também não podemos aqui fazer blindagem de quem quer que seja nesta CPI.





Nós não vamos aqui fazer o que o Senado Federal fez. A Câmara dos Deputados... Eu acho que Deputado Federal, nos últimos 16 meses, teve orgulho de ser Deputado Federal, porque a Câmara passou a trabalhar. Nunca houve tanta CPI, nunca houve tanto projeto votado aqui como nos últimos 16 meses de funcionamento da Câmara Federal. Eu estou aqui no meu terceiro mandato e acompanho a atividade parlamentar há quase 8 mandatos na vida da minha família. Nunca se viu trabalhar tanto como nos últimos 16 meses. E nós não vamos aqui manchar a imagem da Câmara Federal, como o Senado Federal fez.

Então, acho, Deputado Arlindo, que nós vamos sistematizar. Eu vou propor isso ao Deputado Pedro Fernandes, trazer aqui esses requerimentos. Não vamos fazer estoque de requerimento, mas também, Deputado Vinicius Carvalho, acho que nós não podemos aqui ficar a reboque só do Procurador. O Procurador foi muito importante? Foi. Ele trouxe aqui elementos novos? Trouxe. Mas nós não vamos só nos pautar no Procurador.

Deputado Izalci, acho que V.Exa. deu uma sugestão importante. Temos que trazer o juiz substituto aqui também. Eu vou fazer esse requerimento. Eu quero assinar com V.Exa., como Relator, requerimento para trazer aqui o juiz substituto, até para ouvir a outra parte, saber o que aconteceu: por que as interceptações telefônicas foram cessadas; qual é a posição do juiz em relação a isso. Quero ouvir a outra parte! É importante trazer aqui o juiz.

Essas, sim, seriam as principais oitivas aqui. Acho que hoje perdemos 1 dia. Hoje nós tivemos aqui, Deputado Marcus Pestana, Deputado Aleluia, 1 dia perdido, porque saímos daqui...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas esta é a minha pergunta: como é que foi a decisão que trouxe o APS aqui?

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Não teve. Não participou. Eu não participei desse processo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas não caiu com a chuva, nem veio com o vento. Jabuti não sobe em árvore.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Eu não participei desse processo.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Houve uma oitiva totalmente desnecessária e inoportuna. Alguém decidiu isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu queria fazer uma ponderação. Vamos admitir que em outro momento, coletivamente, avaliemos que o Sr. Alexandre tenha que dar alguma explicação. Parece-me que o Regimento não permite a reapresentação do mesmo requerimento, especialmente depois que aqui ele aqui compareceu. Eu concordo. Foi uma... não audiência.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Consistência do método se manifesta no fato concreto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Por isso estou perguntando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O erro não pode ser repetido. Então, eu queria entender a natureza desse erro. Quem decidiu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Não, ninguém aqui. Vamos lá! A decisão foi do Presidente, a partir, eu diria, da aritmética. Possivelmente foi o mais citado, e ele escolheu. Em seguida, vem o bloco das autoridades, que eu quero votar hoje, senão vamos...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, esse erro foi um equívoco do Presidente, porque, na hora em que se estabelece uma sistemática, ela tem que valer no início, meio e fim. Ela não pode valer só no início. E esse erro de aritmética dos mais requisitados não pode valer no meio e fim, porque se vai criar um...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O senhor alertou e eu alertei.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Exa. também alertou. Então, acho que foi um equívoco que esta Comissão cometeu e que não vamos mais permitir.

Deputado Altineu, também quero pedir escusas pelo que aconteceu com V.Exa. A função do Parlamentar aqui é apresentar emenda, é apresentar



requerimento. Eu acho que a imprensa brasileira precisa, Deputado Baldy, respeitar o Parlamento, com todo o respeito à imprensa brasileira, não pode sair criminalizando. V.Exa. é um Deputado de respeito do Rio de Janeiro, no primeiro mandato, mas que tem dado grandes orgulhos a seus pares.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Relator, quero só fazer um comentário. O jornalista é um jornalista digno. Eu tenho certeza de que sobre um dos requerimentos que foram citados na matéria passaram para ele uma notícia falsa, com a intenção de me calar aqui. Pelo contrário, agora que eu faço questão de que aqueles citados nos requerimentos venham aqui. Um dos que foi citado foi o Presidente do Bradesco, que foi pego num grampo telefônico, agradecendo a um quadrilheiro.

O jornalista, na minha opinião, que é um jornalista digno e respeitado no Brasil, foi usado. Deram a ele uma informação falsa: *“Bota lá o nome do Altineu no jornal, que ele vai amarelar na Comissão”*. Então, ele...

Obrigado, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu queria fazer uma ponderação, que eu senti...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Qual afirmação?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - V.Exa. disse que tinha a impressão que não poderia apresentar uma nova convocação. Para tratar de fatos novos, não há nada no Regimento que impeça de convocar uma pessoa de novo numa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Eu falei que não poderia repetir o requerimento. Eu falei: *“vamos analisar”*. E V.Exa. já respondeu agora. Agradeço.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Até mesmo uma provável acareação, se for possível, mesmo que ele fique calado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Há mecanismos. Mas eu falei isso no sentido de dizer o seguinte: como há muita insatisfação, e eu diria que



em 100%, quanto à audiência de hoje, eu já estou antecipando a possibilidade de ele voltar. É só isso.

Eu queria ponderar o seguinte: se ficarmos o tempo todo tentando explicar aquilo que houve de mal-entendido, pode até ter efeito inverso. Eu quero ir para a pauta.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas, na pauta, eu só queria incluir o requerimento extrapauta, porque o Relator já concordou. Já que estamos chamando as autoridades, que somássemos o nosso juiz substituto, que é fundamental. Já está pronto o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Ele pode, no máximo, ser convidado, e virá ou não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, vamos fazer um convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É um outro Poder, e V.Exa. sabe que...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, como estamos fazendo para os outros... Há vários aqui que são convites, inclusive o do Rachid, que me pediram e eu estou transformando em convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - É só para esclarecer que ele não será obrigado a vir.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O do juiz também será convite. Ele não é obrigado a vir, mas eu quero fazer o convite. Só queria aprovar o requerimento de convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Não dá para incluir na pauta, Deputado Izalci. Na próxima, o.k.?

Então, vamos aos requerimentos:

Há três requerimentos: o Requerimento nº 18, de 2016; o 106, de 2016; e o 117, de 2016, que tratam da vinda do Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal. Os autores dos requerimentos são o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Paulo Pimenta e o Deputado Helder Salomão e o Deputado Izalci.

Se V.Exa. observarem, vão perceber que há convocação ou convite. Entraram num acordo, e a proposta é que haja um convite para o Secretário vir aqui, naquela concepção de bloco institucional, que me parece a intenção dos autores.



Sendo assim, para encaminhar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Helder Salomão e, em seguida, ao Deputado Izalci, pela ordem de requerimentos.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente, nós já tivemos uma conversa com o Deputado Izalci e também com o Deputado Rubens Bueno, que esteve aqui no início da nossa reunião, e já há um consenso para que esses três requerimentos se transformem num requerimento de convite ao Sr. Jorge Antonio Rachid. Dessa maneira, com a aquiescência do Deputado Izalci, aqui presente, e do Deputado Rubens Bueno, que já deixou claro que aceitaria este entendimento, nós encaminhamos que seja votado o convite ao Sr. Rachid.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, quero reforçar a importância dos requerimentos, haja vista que ele é não apenas o atual Secretário, como também já foi Secretário em outros momentos e conhece muito bem a estrutura. Posso dizer que, da mesma forma em que na Operação Zelotes há a questão das medidas provisórias, nós também temos alguns pareceres que são feitos na própria Secretaria da Receita, que também podem estar viciados e comprometidos.

Eu acho que a presença dele nesta Comissão é muito importante para melhorarmos a legislação e a forma como se elaboram as portarias e os atos normativos na Receita Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Indago se há algum Parlamentar que queira encaminhar contrariamente ao requerimento. *(Pausa.)*

A pedidos, vou agilizar um pouco o andamento da reunião.

Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Na próxima, eu falo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O.k. Obrigado.

Eu vou colocar em votação os três requerimentos, na condição, portanto, de convite. São os Requerimentos nºs 18, 106, 117, de 2016.



Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis aos requerimentos, na forma de convite, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY** - Sr. Presidente, se o convidado não acatar, automaticamente nós transformaremos o convite em convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Nós vamos votá-lo como convite. Se acontecer esta hipótese, nós avaliaremos, porque não temos como fazer isso.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis aos requerimentos permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Item 4. Requerimento nº 103, de 2016, dos Srs. Deputados Paulo Pimenta e Helder Salomão, que requer que seja convidado o Sr. Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República, para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Com a palavra o Deputado Helder Salomão.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente, peço o apoio dos demais Deputados porque consideramos que ele pode trazer importantes esclarecimentos a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Há algum Deputado que queira encaminhar contra o requerimento?

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Contra, não! Contra, nunca!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Com a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Eu nunca sou contra, Sr. Presidente. Sou a favor de todos.

Sr. Presidente e Sr. Relator João Carlos Bacelar, apenas uma observação. Se olharmos aqui, temos três do Rachid; em seguida, o da Fazenda, mais dois; e Procuradores Federais, três. Se cada um falar em uma audiência, vamos levar um mês só para ouvir estes aqui.

Então, a proposta é fazermos um bloco com os Procuradores, numa audiência só, e um bloco com os da Receita, na outra. Em tese, estes nove requerimentos dariam duas reuniões. Só Procuradores há três. Nós temos este,



aprovado, e mais dois. Eles podem vir juntos: um pode ajudar o outro nos esclarecimentos.

É apenas uma sugestão para o Relator e para o Presidente, para otimizarmos o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Parece-me uma ótima sugestão. Vamos aguardar a aprovação dos demais. Se aprovado, o Relator transforma a sugestão de V.Exa. em iniciativa dele.

Obrigado.

Algum Deputado deseja encaminhar contra? *(Pausa.)* Não.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis ao Requerimento nº 103, de 2016, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 104, dos Srs. Deputados Paulo Pimenta e Helder Salomão.

O Deputado Helder requer que seja retirado de pauta.

V.Exa. deseja explicar? Senão, de ofício, eu o retiro. *(Pausa.)*

Eu retiro da pauta o requerimento.

Item 6. Requerimento nº 105, de 2016, dos Srs. Deputados Paulo Pimenta e Helder Salomão, que requer seja convidado o Sr. José Alfredo de Paula Silva, Procurador Regional da República, para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Com a palavra o Deputado Helder Salomão.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente, pelas mesmas razões que aleguei no requerimento anterior, o Procurador também poderá nos ajudar a compreender melhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Para nos ajudar...

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - ...para nos ajudar na investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Quem é esse José Alfredo de Paula? Ele tem alguma função mais específica neste processo?

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Eu não tenho uma informação precisa a respeito da função que ele ocupa, mas, diante do trabalho que ele tem realizado na Procuradoria Regional da República, ele pode nos ajudar.

**O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO** - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - O.k.

**O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO** - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever este requerimento, com a aquiescência do autor e dos demais pares. É possível?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Deputado Helder Salomão, o Deputado Vinicius Carvalho se propõe a subscrever o requerimento.

**O SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO** - Gostaria de subscrevê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - De acordo? *(Pausa.)*

Está bem.

Portanto, o requerimento passa a ser dos Deputados Paulo Pimenta, Helder Salomão e Vinicius Carvalho.

Os Deputados que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7. Requerimento nº 112, de 2016, dos Srs. Deputados Paulo Pimenta e Helder Salomão, que requer seja convidada a Sra. Raquel Branquinho Nascimento, Procuradora Regional da República, para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Com a palavra o Deputado Helder Salomão.

**O SR. DEPUTADO HELDER SALOMÃO** - Sr. Presidente, o convite é no mesmo sentido: para nos ajudar nas investigações e nos esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Algum Deputado quer encaminhar contra o requerimento? *(Pausa.)*

Em votação.

Os Srs. Deputados que são favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8. Requerimento nº 114, de 2016, dos Srs. Deputados Paulo Pimenta e Helder Salomão.

O Deputado Helder Salomão pede, igualmente, que seja retirado de pauta.

Portanto, retiro da pauta, de ofício, o requerimento.

Item 9. Requerimento nº 240, de 2016, do Sr. Hildo Rocha, que requer seja convidado o Sr. Fabrício da Soller, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, para





esclarecer sobre o posicionamento daquele órgão sobre o esquema de vendas de decisões do CARF.

A propósito, eu quero fazer um esclarecimento. O Presidente Pedro Fernandes, rotineiramente, tem retirado de pauta requerimentos quando o autor não está presente.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Posso subscrever, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Mas eu estou imaginando que, neste caso, nós podemos votar.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Se eu subscrever, nós podemos votar, se V.Exa. concordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Isso não pode acontecer sem a anuência do autor. Mas eu quero propor que nós o votemos, até porque me parece que, nesta função, ele teria muito a oferecer à Comissão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu posso subscrever e fazer a defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Mas é que o autor, não estando presente... Foi o que o Deputado Altineu Côrtes propôs.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não se pode subscrever?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - Não, porque o autor teria que concordar.

V.Exa. poderia encaminhar favoravelmente, assim como o Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu acho importante a presença do Procurador da Fazenda, porque é ele que faz a defesa dos processos na primeira instância e na execução. Eu acho que ele pode contribuir muito para os esclarecimentos sobre o CARF, até mesmo por causa da vulnerabilidade deste processo do CARF, antes Conselho de Contribuintes. Ele sabe perfeitamente os prejuízos que aconteceram nos últimos anos.

Portanto, ele pode contribuir muito com as informações técnicas da Fazenda.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, parece-me, aliás, que a apresentação de recurso cabe quando a Câmara Baixa do CARF nega a receita ao ator, o sujeito do recurso, a Câmara Alta é a Procuradoria. Não sei se da Receita ou da Procuradoria-Geral da Fazenda. Eu não tenho certeza disso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arlindo Chinaglia) - De qualquer maneira, algum Deputado deseja encaminhar contrariamente ao requerimento? *(Pausa.)*

Como nenhum Deputado encaminha contra, vamos à votação.

Agradeço aos Deputados Izalci e Altineu Côrtes o apoio inicial.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis ao Requerimento nº 240, de 2016, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Após termos cumprido a pauta, agradeço a presença aos Srs. Parlamentares, às assessorias e aos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, dia 12 de abril, às 11 horas, em plenário a ser definido.